

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.670 - SE (2018/0281823-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DIEGO BOMFIM TELES SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : JOÃO DE GÓIS NETO - SE002627
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DIEGO BOMFIM TELES SOUSA - preso cautelarmente por suposta infração aos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (HC n. 201800318987) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 166):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - OPERAÇÃO GEMINUS - 22 RÉUS - ALEGAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO DO PACIENTE NO DELITO EM QUESTÃO - PLEITO NÃO CONHECIDO - MATÉRIA PROBATÓRIA IN CABÍVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR - NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO - CONHECIMENTO PARCIAL, NA PARTE CONHECIDA PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM - Unânime.

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, a existência de excesso de prazo, destacando que o recorrente está preso desde o dia 24/5/2018 e até a presente data não foi apresentada a denúncia.

Sustenta que não há indícios suficientes da participação do recorrente nas condutas criminosas. Ressalta que o Ministério Público, quando se refere ao recorrente Diego, apenas faz menção ao fato de o mesmo ser irmão de Diogo que é apontado como o chefe da organização criminosa. No ponto, contudo, destaca que "Diego e seu irmão DIOGO são gêmeos, havendo um equívoco quando se referem a identificação destes, por parte do Ministério

Público" (e-STJ fl. 180).

Aduz não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP.

Sublinha ser o recorrente primário, ostentar bons antecedentes, além de possuir residência fixa no distrito da culpa e ocupação lícita, razão pela qual entende ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 322/324) e prestas as informações (e-STJ fls. 371/375 e 377/380), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 382/383).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações prestadas pela apontada autoridade coatora, em 10/12/2018, o Juízo processante, reconhecendo o excesso de prazo para a formação da culpa, revogou a prisão preventiva do recorrente, substituindo-a por medidas cautelares alternativas.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator